



# AH

## ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 74-75

---

SUSANA CORREIA (1955-2021) *IN MEMORIUM*

SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO - ARMAZENAMENTO MEDIEVAL  
E MODERNO EM PORTUGAL

---

Título

**Arqueologia & História**

**13ª Série**

Volume

**74-75**

Ano de Edição

**2025**

Ano Associativo AAP

**2022-2023**

Edição

**Associação dos Arqueólogos Portugueses**

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

**José Morais Arnaud**

Coordenação

**José Morais Arnaud e César Neves**

Design gráfico

**Paulo Freitas**

Fotografia da capa

**Escavações em BRA77A, que se prolongaram em 1978, sob a direcção de Susana Correia e João Castro**

Impressão

**Europress, Indústria Gráfica**

Tiragem

**250 exemplares**

Depósito legal

**73 446/93**

ISSN

**0871-2735**

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

- 5 Editorial  
José Morais Arnaud

## **SUSANA CORREIA (1955-2021) IN MEMORIUM**

- 9 Apresentação  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 11 Susana Correia / primórdios do Campo Arqueológico de Braga (1977/1978)  
Francisco Sande Lemos
- 21 Uma mulher do Norte, em trânsito para o Alentejo  
António Carlos Silva
- 27 Década de 80: alegria do trabalho num sopro de nostalgia  
Teresa Marques
- 31 À Susana, uma serena viagem para Ítaca  
Maria Filomena Barata
- 35 Legado de Susana Correia aos jovens arqueólogos  
Jacinta Bugalhão
- 49 “*Informação Arqueológica*”. Um boletim de e para a divulgação da Arqueologia Portuguesa  
Carlos Boavida
- 61 Susana Helena Bastos Correia da Fonseca (1955-2021), antiga aluna, amiga de sempre, cidadã empenhada: a nostalgia do Sul  
Vitor Oliveira Jorge
- 65 Degebe em Alqueva: 1998-2001  
Ana Sofia Antunes, Consuelo Gómez Granel, Lidia Virseda Sanz
- 83 A Rua do Sembrano. Um caso paradigmático de Arqueologia Urbana na cidade de Beja  
Carolina Grilo
- 95 Susana Correia e o projeto do Museu de Moura  
Santiago Macias
- 99 Memórias  
Susana Lopes
- 103 Lembrando a Susana  
Eduardo Pires de Oliveira
- 107 Susana. Memórias, Encontros e Partilhas  
Ana Isabel Palma Santos
- 109 Susana Correia e o Museu Municipal de Arqueologia de Serpa  
Ana Sofia Antunes
- 117 Para uma bibliografia da Susana Correia  
Manuela de Deus

## **SILOS, MATAMORRAS E COVAS DE PÃO – ARMAZENAMENTO MEDIEVAL E MODERNO EM PORTUGAL**

- 125 Colóquio – “Silos, matamorrás e covas de pão – Armazenamento Medieval e Moderno em Portugal”  
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida, João Marques, Teresa Marques
- 127 Os silos Medievais da *Villa* Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo  
Luísa Batalha, Guilherme Cardoso, Mário Monteiro
- 137 As “covas de pão” de Carnide: um grande celeiro às portas da Lisboa medieval  
Ana Caessa, Nuno Mota

- 157 Silos Medievais de São Vicente de Fora – Lisboa  
Nuno F. Poínhas Pires
- 167 Problemáticas em torno da gestão de um espaço ao longo de dois séculos: os silos medievais do Largo da Atafona – Lisboa  
Vasco Noronha Vieira, Tiago Pereira, Vanessa Filipe, José Pedro Henriques, Dário Neves, Marina Carvalhinhos
- 177 Silos Medievais no Núcleo Histórico de Almada: tipologias e seu contexto  
Sérgio Manuel Peleja Rosa
- 195 *Quem Guarda, acha!* Os silos medievais do Centro Histórico de Moura  
Vanessa Gaspar

## **ARTIGOS**

- 215 Lâmina de machado, pré-histórica, no culto ibérico a Júpiter?  
Mário Varela Gomes
- 221 As antiguidades romanas em Júlio de Castilho: os casos particulares do teatro e das termas dos Cássios  
Lídia Fernandes, Carlos Cabral Loureiro
- 239 Arqueolog(IA). O uso da Inteligência Artificial na prática e na teoria arqueológica  
Daniel Carvalho
- 247 Francisco Santana. O olisipófilo e o periódico *Olisipo*  
Eunice Relvas
- 253 Contar 30 Anos. A actividade da Comissão de Estudos Olisiponenses (1994-2024)  
Carlos Boavida

## **RELATÓRIOS**

- 263 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2022  
José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins, José Barreto Domingos, Mariana Diniz
- 271 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2023  
José Morais Arnaud, Luís Raposo, Andrea Martins, José Barreto Domingos, Mariana Diniz
- 279 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2022  
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 283 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2023  
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 287 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2022  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 291 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2023  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 293 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2022  
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 297 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2023  
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 301 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do ano 2022  
Lina Oliveira
- 303 Comissão de Heráldica – AAP. Relatório de Actividades do ano 2023  
Lina Oliveira
- 305 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2022  
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves
- 313 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3º milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2023  
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

# AS ANTIGUIDADES ROMANAS EM JÚLIO DE CASTILHO: OS CASOS PARTICULARES DO TEATRO E DAS TERMAS DOS CÁSSIOS

---

Lídia Fernandes<sup>1</sup>, Carlos Cabral Loureiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC / lidiafernandes@egeac.pt

<sup>2</sup> Museu de Lisboa – Palácio Pimenta / EGEAC / carlosloureiro@egeac.pt

## Resumo

São muitas as menções que Júlio de Castilho apresenta na sua obra *Lisboa Antiga* sobre a ocupação romana do local onde veio a nascer Lisboa. Pretende-se, neste trabalho, analisar um pouco mais detalhadamente dois dos monumentos referenciados por Júlio de Castilho: o teatro romano e as termas dos Cássios.

Em ambos os casos é possível realizar uma confrontação com os dados arqueológicos que, entretanto, foram obtidos o que permite completar a informação que atualmente se tem sobre os locais. No caso das termas, propõe-se uma reconstituição do edifício, apenas possível com as referências bibliográficas e os dados físicos que hoje sobrevivem.

**Palavras-chave:** Júlio Castilho, Lisboa, Teatro Romano, Termas dos Cássios.

## Abstract

Julio de Castilho's work, "Lisboa Antiga", is filled with references about the roman occupation of the city of Lisbon. This paper intends to analyse, in a more thoroughly manner, two of the roman monuments mentioned by this author: the roman theatre and the roman baths described as "Termas dos Cássios".

In both cases it is possible to discuss the gathered archaeological evidence and complete the current information about the sites. In the latter, a building reconstitution is proposed, based on the physical surviving data and on the documental and bibliographic references.

**Keywords:** Júlio Castilho, Lisbon, Roman Theatre, Baths of the Cassii.

## 1. INTRODUÇÃO

O volume I da obra *Lisboa Antiga* é, quase na sua totalidade, dedicado ao passado mais remoto da ocupação humana na cidade. No entanto, a sua atenção detém-se especialmente na época romana, o que se deve, em grande medida, ao maior volume de informação de que dispunha. As Galerias da Rua da Prata, o teatro romano e as termas dos Cássios são alguns dos edifícios que mais lhe prendem a atenção e sobre os quais se detém, descrevendo em pormenor as referências conhecidas e que lhe permitiram tecer interpretações sobre os monumentos em questão.

Júlio de Castilho não se limita a um saber livresco, reproduzindo fielmente tudo o que lhe chega, sejam informações escritas ou orais. Castilho pensa os dados, perspetivando-os pelo saber académico, mas não perdendo o espírito crítico que sempre o caracterizou, ironizando consigo próprio em várias ocasiões.

Deste modo, a confrontação que hoje podemos estabelecer entre as considerações de Júlio de Castilho sobre estes dois monumentos romanos e o que a arqueologia tem colocado a descoberto, revela-se curiosa. Apesar de algumas das hipóteses apresentadas pelo olisipógrafo não se verificarem, não podemos deixar de sublinhar a pertinência das suas observações e a sua atualidade, não deixando de surpreender a ordenação do raciocínio e o seu pensamento crítico.

Quase dois séculos passados da publicação da emblemática *Lisboa Antiga*, o volume de informação que hoje possuímos sobre os dois monumentos romanos aumentou consideravelmente. No entanto, as informações que Júlio de Castilho forneceu continuam relevantes e constituem um manancial essencial para a respetiva historiografia. Se, em relação ao teatro romano nos podemos congratular pelo contínuo processo de investigação realizado, demonstrado pelos frutos alcançados, culminando na valorização do sítio arqueológico e consequente criação de um museu a ele dedicado, no caso das termas dos Cássios será difícil dizer o mesmo (Figura 1).

## 2. O TEATRO ROMANO EM JÚLIO DE CASTILHO

O capítulo XIII da sua *Lisboa Antiga*, é dedicada ao teatro romano o qual começa por uma lembrança de um estudioso até à data quase obscuro, José Valentim de Freitas. É precisamente Júlio de Castilho que resgata da memória este arquiteto (*Lisboa Antiga*, 1935, *Barros Orientais*, 2.ª Parte, Tomo I) o qual, como refere Vieira da Silva, teve em Júlio de Castilho o seu biógrafo.

O arquiteto José Valentim de Freitas (1791-1872) é o responsável pela realização de dezoito plantas da cidade de Lisboa, sendo a mais conhecida a cópia que elabora da planta topográfica de Lisboa anterior ao terramoto de 1755, a qual se encontrava guardada na Biblioteca Nacional em deficiente estado de conservação e que, auxiliado pelos tombos guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, igualmente realizados logo a seguir à catástrofe, foram elementos que se tornaram em preciosos auxiliares na reconstituição da antiga malha urbana da cidade assim como da sua toponímia. Apraz-nos referenciar que tais ferramentas proporcionaram a execução da planta vetorial de Lisboa antes do terramoto de 1755, tarefa executada conjuntamente com a aferição da informação arqueológica disponível, trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2005 pelos signatários (Figura 2).

É também da autoria de Valentim de Freitas o levantamento, realizado em 1859, de novas galerias identificadas na Rua da Prata pertencentes ao monumento romano aí existente e identificado em 1771. Em meados do séc. XIX, quando se procedia à reestruturação do sistema de esgotos nesta zona da cidade e à construção do atual caneiro da Rua da Prata, foram identificadas novas galerias as quais são registadas pelo desenhador José Valentim de Freitas, no âmbito do acompanhamento da obra de que fora encarregue o bibliotecário Francisco Martins de Andrade sendo que na ocasião, pertencia à Biblioteca Nacional a salvaguarda do património artístico e arqueológico do país<sup>1</sup>.

Curioso seria se, nesta senda, também Valentim de Freitas se não tivesse interessado pelo outro monumento romano mais relevante da cidade: o teatro. Diz-nos Júlio de Castilho que, numa pequena nota inédita deste arquiteto, datada de 1851, que aquando da descoberta do teatro romano em 1798 lhe teria ficado gravado na memória a existência de uma estátua de sileno que se havia guardado na Academia de Belas Artes. São vários os pormenores e indicações de que nos dá conta Júlio de Castilho pela mão de Valentim de Freitas. Refere, por exemplo que existiam várias colunas em frente à Sé, não mencionando que eram

---

<sup>1</sup> São da autoria daquele arquiteto e do desenhador duas plantas hoje depositadas na Biblioteca Pública de Évora. Uma é posterior a outra uma vez que há diferenças no número de galerias que se encontram representadas. De sublinhar a localização do monumento na malha pombalina. Estes desenhos foram publicados por Justino Maciel (1993/1994, p. 147-156, Est. I e II).

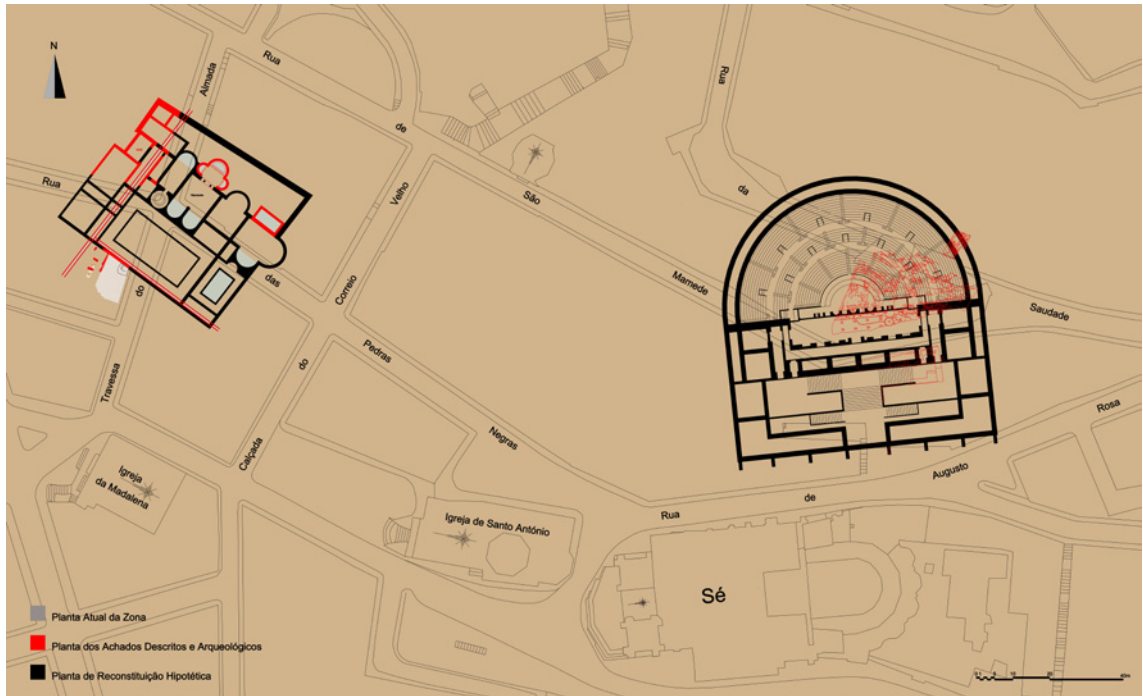


Figura 1 – Planta Vetorial de Lisboa na atualidade com sobreposição das plantas das Termas dos Cássios e do Teatro Romano (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

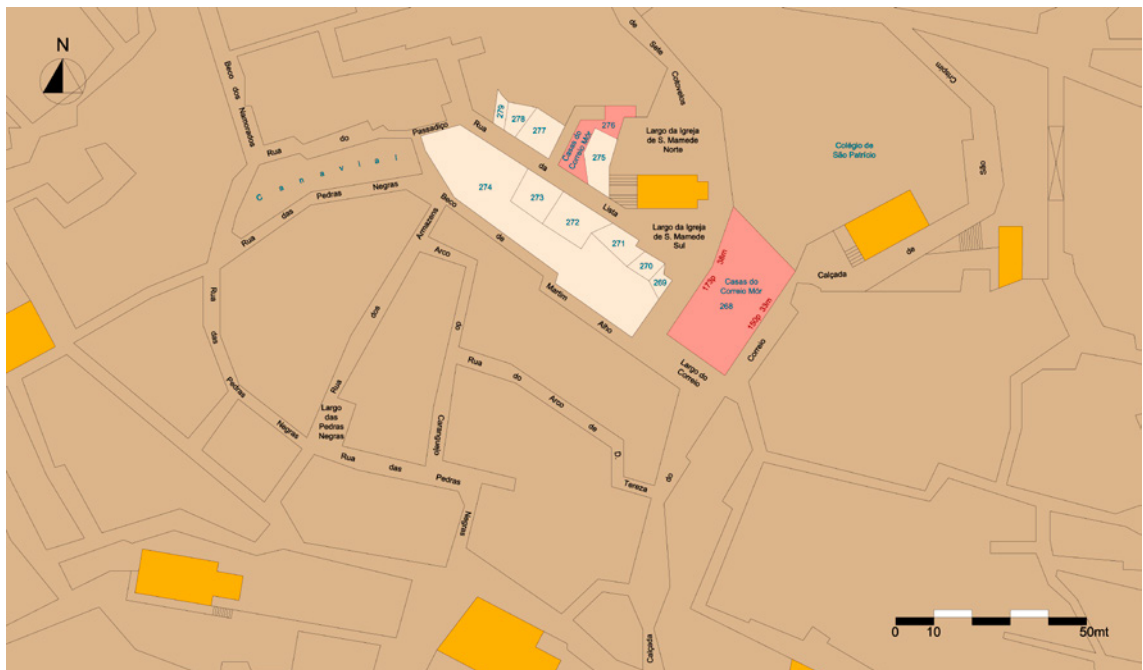


Figura 2 – Planta Vetorial de Lisboa Antes do Terramoto de 1755. Pormenor da Zona das Pedras Negras, com a Implantação dos Lotes Descritos no Tombo de 1758 (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).



Figura 3 – Reconstituição virtual do teatro romano. Fachada virada a sul com a zona correspondente ao *porticus post scaenam* (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

de urgeiro<sup>2</sup>, como afirma em relação a outras que, indiscutivelmente, pertencem ao monumento cénico, o que em nossa opinião, deverá indicar corresponderem a um outro monumento romano que não o teatro. No entanto, sabemos hoje que o *porticus post scaenam* deste monumento se encontrava virado a sul aproveitando a pendente da colina até à parte lateral da Sé (Fernandes, 2006; 2007; 2013; 2017a; 2020), pelo que esta hipótese não é despreciable (Figura 3).

Refere ainda que uma outra estátua de sileno, que não chegou a ver, se encontrou nos alicerces de um edifício na Rua da Saudade. Termina Valentim de Freitas ao referir que “... quando ultimamente, neste ano de 1851, se fez o cano da rua de S. Mamede, já no fim, ao cimo da rua, apareceu debaixo da calçada, para o lado do sul, parte de uma parede feita dos ditos encheiros, de que se tiraram alguns para dar lugar ao cano” (*apud* Castilho, p. 165). Esta última informação é de sublinhar, sendo possível, apenas na atualidade, compreender cabalmente o seu significado. Somente com a intervenção arqueológica realizada entre 2001 e 2011 no interior do edifício da Rua de São Mamede n.º 3 A e B (respetivamente receção e pátio do atual Museu de Lisboa – Teatro Romano), é possível perceber o alcance desta nota tão relevante de Valentim de Freitas e que Castilho, acertadamente, compreende ao ponto de a publicar.

<sup>2</sup> “Urgeiro” é a designação comum atribuída ao biocalcarenito, ou calcário fossilífero.

Com efeito, as fachadas dos edifícios com frente para a Rua de São Mamede situados no “plateau” da rua – único troço plano desta íngreme artéria que liga o Largo do Caldas à Rua da Saudade – aproveitam o antigo *post scaenam* (estrutura que suportava a fachada cénica) para o respetivo alicerce. Ficamos a saber, deste modo, que em 1851, foram ainda removidos silhares para a colocação de canos naquele troço de rua. É nossa convicção que aquela estrutura se encontraria em bom estado de conservação e com uma altura considerável até à reconstrução pombalina. Na intervenção arqueológica acima mencionada ficou nítido o derrube de vários silhares, alguns de consideráveis dimensões que surgiram em posição inclinada no meio de sedimentos cuja deposição igualmente indicava uma orientação de norte para sul.

Esta grande “muralha” que constituiu o *post scaenam* do teatro, construída com silhares e *opus caementicium*, foi sendo aproveitada sucessivamente ao longo dos séculos, tendo sido utilizada como parede de uma habitação do séc. XVII, que se desenvolvia para sul na impossibilidade de lhe abrir vãos para norte uma vez que tal estrutura teria uma espessura superior a 5m (Fernandes & Almeida, 2013, pp. 111-122; Fernandes, Almeida & Loureiro, 2014, pp. 19-33). Temos, deste modo, uma comprovação documental do que viemos a registar arqueologicamente passados 150 anos (Figura 4).

Júlio de Castilho ao falar do teatro baseia-se em especial na obra de Luís António de Azevedo, impressa

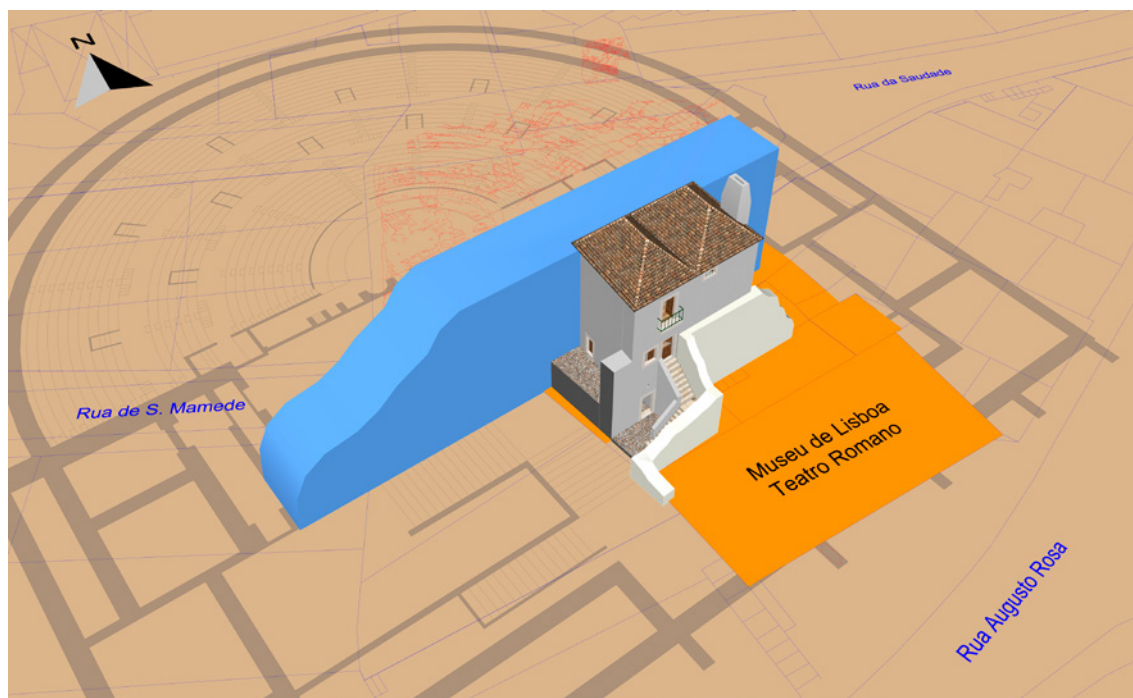


Figura 4 – Proposta de Reconstituição 3D Virtual da Casa do Século XVII e a sua implantação junto à estrutura do *post scaenam* do teatro (a azul) e em sobreposição à planta do teatro (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

em 1815. Sabemos hoje que tal obra teve grandes dificuldades de impressão por falta de verba, tendo chegado a bom porto apenas por subscrição pública publicada pelo próprio autor (Fernandes, 2017b, pp. i-xi)<sup>3</sup>.

Enuncia Castilho, o que se havia descoberto do teatro: a base do proscénio, formando quadrângulos e semicírculos; uma inscrição em honra de Nero gravada naquela estrutura; outra inscrição de libertos; duas estátuas de silenos; várias colunas estriadas e capitéis jónicos; fiadas de pedras de silharia sem argamassa nas juntas. Todo este conjunto de elementos se encontrava em desordem e destruído (Figura 5).

Sempre baseado naquela obra de Azevedo, continua Castilho sobre as causas de destruição do monumento cénico. Azevedo afirma que deverá ter sido devido a um terramoto que aquele monumento desapareceu. E nesta causa, vários cataclismos se afiguram pertinentes por tal feito. Menciona o de 382 ou 446 como prováveis por algum "... esboroamento do morro do castelo" que teria destruído o teatro. Esta ideia é reforçada pelo facto de Azevedo concluir que, aquan-

do dos terramotos que a cidade sofreu no séc. XVI, concretamente em 1504, 1531 ou 1536, já nada se manteria do teatro pois se assim não fosse decerto que os autores quincentista o mencionariam, como seria o caso de Francisco de Holanda.

No entanto Castilho é de opinião diversa e é de opinião que, na primeira metade do séc. XIV, ainda o teatro romano de Lisboa se encontraria de pé e bem visível. A esta conclusão chega pelo facto de ter identificado num selo da Câmara de Lisboa, datado de 1352, o que lhe parece ser o hemicírculo do teatro, ou seja, as bancadas (Figura 6). Este selo apresentado por Júlio de Castilho é reproduzido na *História Genealógica ...* de D. António Caetano de Sousa, datado de 1352 (hoje desaparecido). Também Lancaster e Távora, Marquês de Abrantes, publica um outro selo pendente na sua obra *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa* (Lancaster e Távora [= Abrantes], 1983) constante de um documento de arrematação do escudeiro Martim Roiz Balestro e datado de 1346 (Era 1384).

Bem gostaríamos que tal tivesse acontecido pois decerto se assim fosse haveria bem mais hipóteses de nos ter chegado mais do que se conservou deste emblemático monumento da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. Temos por certo, porém, que no séc. XII ou,

<sup>3</sup> Agradecemos esta referência a Gonçalo Pereira, Diretor da Revista *National Geographic – Portugal* que, com grande amabilidade, nos facultou.

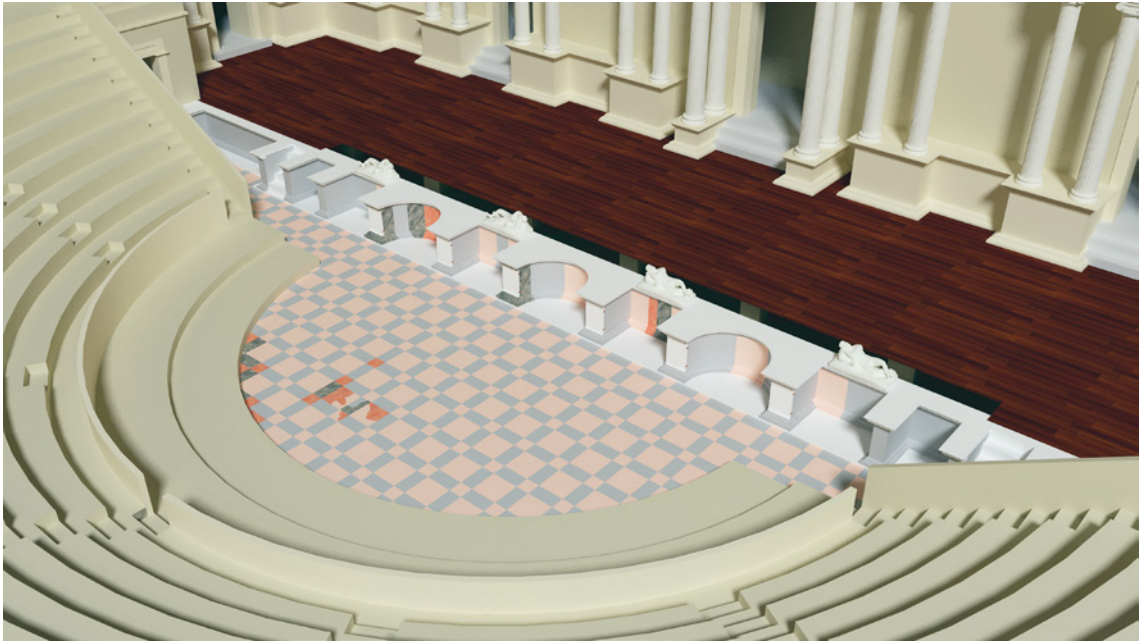


Figura 5 – Reconstituição da *orchestra* e *proscenium* do teatro (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

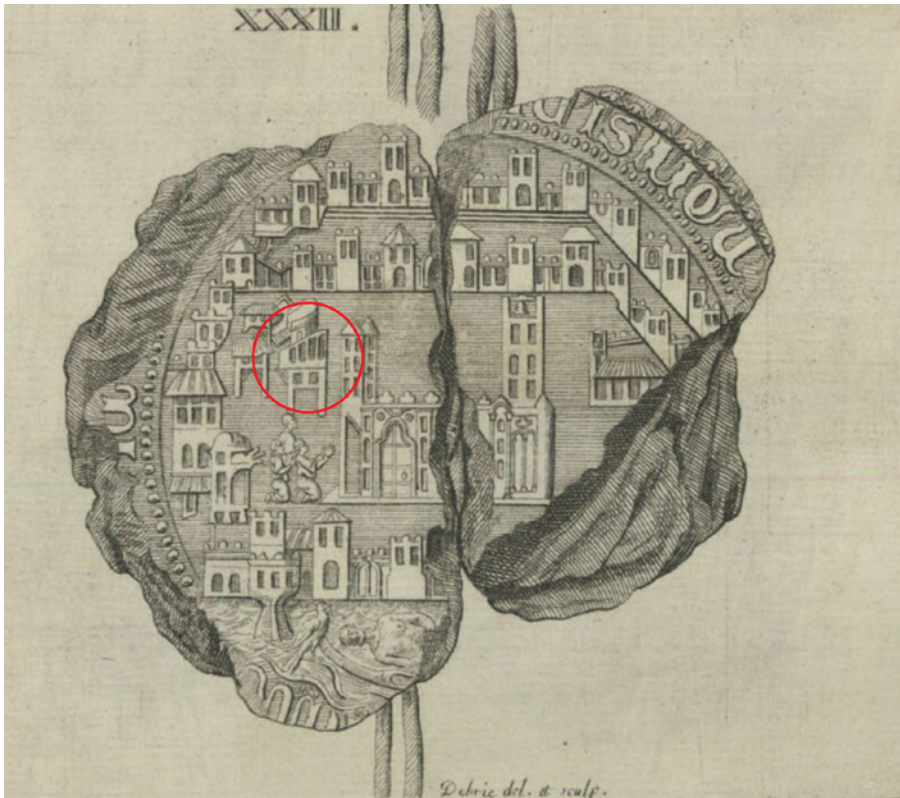


Figura 6 – Gravura que reproduz o selo pendente publicado por Marquês de Abrantes em 1983. (Adaptado de *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa ... 1735-1749*, tomo IV, p. 77).



Figura 7 – Reconstituição provável das bancadas do teatro. (Desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

provavelmente mais cedo, já nada restaria daquele edifício. A destruição não terá sido causada por terremoto embora os muitos que a cidade sofreu lhe possam ter sublinhado a ruína. O que a arqueologia nos informa é, no entanto, algo distinto.

Entre 1989 e 1993 quando se procedeu à escavação da Rua da Saudade, tendo sido identificado o miolo da parte inferior das bancadas, ficou bem patente que a destruição do teatro havia sido paulatina, mais se aproximando de um abandono generalizado do que de uma destruição intencional. Das bancadas apenas se conservava a *opus caementicium* que formava a sua estrutura interna, não se mantendo um só silhar *in situ*<sup>4</sup>, no entanto, presenciavam-se silos escavados na rocha e no cimento romano, situados a meio da *imma cavea*, com materiais de cronologia alto medieval<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Na verdade, restavam dois de pequenas dimensões, mas feitos de um arenito friável e em tal deficiente estado de conservação, que já pouca serventia teriam em outra construção. Infelizmente não existe relatório de escavação destas campanhas arqueológicas.

<sup>5</sup> Da relação destes materiais não existe registo. A intervenção teve como responsável científico Dias Diogo que nada escreveu em relação ao assunto. O que aqui mencionamos deve-se, em exclusivo, ao facto de um dos signatários (L. F.) ter participado nas intervenções arqueológicas enquanto arqueólogo do então Gabinete Técnico do Teatro Romano.

Também nesta campanha arqueológica foi identificado um dos *vomitoria* do teatro tendo sido reconhecido no seu interior uma ocupação posterior (Figura 7). Alguns destes dados foram publicados mencionando-se a recolha de materiais no nível de pavimento da habitação resultante da reconversão do antigo *vomitorium*, concretamente alguns fragmentos de ânforas de produção oriental: paredes, um colo com asa e um fundo (Diogo, 1993, p. 222-224, fig. 11; 2000, p. 174, fig. 3).

Somente em 2015 tivemos oportunidade de intervir novamente o interior do sítio arqueológico, tendo-se procedido à remoção das estruturas arqueológicas de cronologias posteriores ao teatro romano, perante a grande dificuldade de leitura que o imbricado das estruturas exumadas de várias épocas proporcionava (Figura 8).

Assim, no espaço do antigo *vomitorium* terá funcionado uma cozinha, conservando-se ainda uma pequena área de lareira não intervencionada na década de 1990. Daqui foi exumado o fundo de uma ânfora de produção oriental datada entre o séc. IV e inícios do VII d.C., com pico produtivo no século VI (Fernandes, Calado & Grilo, 2022). Outros materiais foram recolhidos em 2015 num total de 23 fragmentos, correspondentes a ânforas, cerâmicas de armazenamento, cozinha e mesa.

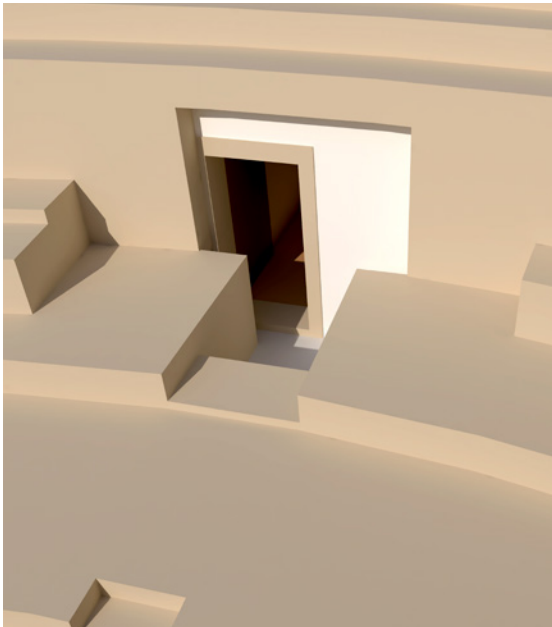


Figura 8 – Reconstituição hipotética da habitação tardia instalada no vomitorium do teatro (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

Também em 2015 removemos estruturas dos sécs. XVI / XVII e primeira metade do séc. XVIII no limite nascente do sítio arqueológico, tendo sido no decurso desta ação que foram identificados vários silos cuja fase de abandono pode ser situada no séc. XII. A particularidade destas estruturas é que a sua parte inferior se inseria no próprio afloramento rochoso sendo que, na altura, já haviam sido removidos todos os silhares que formavam, originalmente, o nível de circulação do teatro (Figura 9).

Significa este dado que, antes do séc. XII ou nos seus inícios, os silhares do pavimento do teatro já não se encontravam no local. Estes dados são corroborados também por um documento medieval, publicado por Aires Augusto de Nascimento (1988, p. 51) e o qual já tivemos oportunidade de analisar detalhadamente (Fernandes, 1994, pp. 239-242).

O documento mencionado, anterior a 1185, diz o seguinte: “Tendo ele, por ordem do rei, saído à procura de lugar onde com alguma facilidade pudessem extrair pedras para a construção da igreja, aconteceu que só com extrema dificuldade e com grandes dispendios conseguiam em Lisboa pedras de cantaria.



Figura 9 – Perspetiva de nascente para poente do interior do teatro romano (zona do *aditus maximus*), estando sinalizados alguns dos silos aí identificados na intervenção arqueológica de 2015.

É assim que, andando nessa intenção a dar volta aos lugares mais adequados, a mula em que ia, ao atravessar penedias e ladeiras, calhou de escorregar de repente, atirou para longe de si a carga que transportava e, para molestar ainda mais o cavaleiro que havia atirado sobre as pedras, caiu-lhe em cima a revolver-se com o peso do corpo”.

Comprova-se deste modo, a falta de pedra para arranjos que a Sé Catedral necessitava, confirmando-se que na sua envolvente não existia pedra disponível. Caso permanecessem à vista silhares nas imediações da Sé, naturalmente que os mesmos seriam aproveitados não havendo necessidade de infligir tais penas ao pobre mestre que caiu da mula ...

### 3. AS TERMAS DOS CÁSSIOS EM JÚLIO DE CASTILHO

As termas dos Cássios estiveram, por muito tempo, somente comprovadas por uma inscrição, datada de 336 d.C. onde se refere a renovação então mandada fazer no edifício. A epígrafe, entretanto, desaparecida, foi encontrada em 1771 aquando da reconstrução do palácio do Correio-Mor, depois Palácio de Penafiel, tendo a notícia do seu aparecimento chegado até nós através do manuscrito intitulado “Notícia das *Thermas* ou banhos Cassianos, e outros monumentos romanos modernamente descobertos na cidade de Lisboa” da autoria de D. Tomás Caetano de Bem e datado de 1790<sup>6</sup>.

É precisamente este o documento em que Júlio de Castilho se baseia para o que descreve no Capítulo XI do volume I da *Lisboa Antiga* sobre o monumento romano. Depois de citar aquele autor, descrevendo o edifício e recorrendo ao que já havia sido publicado, nomeadamente por Francisco Martins de Andrade e Borges de Figueiredo<sup>7</sup>, o autor dedica-se ao monu-

<sup>6</sup> Manuscrito existente na secção de “reservados” da Biblioteca Nacional de Lisboa, cota: BNL COD 104.

<sup>7</sup> Reproduzimos a nota bibliográfica de Júlio de Castilho que nos documenta a precisão e rigor na indicação das suas fontes: Nota 1 “*Memória acerca duns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa*, por Francisco Martins de Andrade, 1859 – Fundo geral da Biblioteca Nacional nº 8:468. – A mesma, em linguagens de papel para a tipografia, idem, nº 7:619. – Os desenhos respectivos estão nos mss. Iluminados, nº 162; são as estampas nº VII a IX. / O manuscrito vem extractado na *Revista Archeologica*, publicada sob a direcção de A. C. Borges de Figueiredo, volume III, 1889, a pág. 149. – O artigo é acompanhado com os desenhos da planta e cortes da construção, que vai reproduzido na pág. 138” (Castilho, 1935, vol. 1, p. 39).

mento. Nas considerações que apresenta destacam-se alguns aspetos: descrição sumária do edifício; a leitura da inscrição acima mencionada e que depois será publicada por Vieira da Silva na sua obra *Epigrafia de Olisipo* (1940, nº 22) e a descrição de uma estatueta que se encontraria dentro de um nicho que, por sua vez, se abria num dos nichos, ou *exedrae*, do compartimento conservado das termas.

Detemo-nos mais pormenorizadamente neste último aspeto. Descreve assim Júlio de Castilho, a referida estatueta: “Era de mármore branco; representava um guerreiro romano, a modo um general: elmo, pescoço nu, armadura; sobre o peito esculpido um sol; sobre o ventre duas esfinges aladas. Na mão esquerda um escudo, onde se divisava em relevo a loba a amamentar Rómulo e Remo. Na cabeça, num braço, e numa perna, alguns destroços, causados do tempo ou de circunstância fortuita.” (1935, p. 140).

Infelizmente esta peça não se conservou. Reproduzimos o desenho apresentado por Vieira da Silva da autoria de J. Espinho (1944, p. 91)

Poder-se-ia pensar ser a escultura uma imagem de Augusto do tipo “*Prima Porta*”<sup>8</sup>. Nesta escultura, Augusto é representado de pé, com o braço direito levantado e ostentando, sobre uma túnica, uma couraça militar onde se encontram representadas cenas historiadas. Ainda que não sejam unânimes as interpretações sobre as duas figuras principais aí representadas – uma com couraça tendo por trás das suas pernas uma loba ou um cão, talvez em alusão à lenda de Rómulo e Remo; outra com umas calças largas e túnica cintada, à maneira asiática, segura nas mãos uma insígnia militar, encimada por uma águia, parecendo oferecê-la à figura defronte (Reis, 2015, p. 361). Esta cena tem sido interpretada como uma alusão à batalha de Carras no ano 20 a. C., concretamente a “... recuperação das insígnias militares perdidas por Marco Crasso na desastrosa batalha de Carras, ocorrida em 53 a. C. Este episódio histórico, conseguido por via diplomática, revestia-se de particular significado político para Augusto, uma vez que vinha restaurar a glória militar de Roma anteriormente perdida” (Pereira, 2009, p. 469).

A reprodução de uma escultura como esta, com a importância de que se revestia, não nos parece ter cabimento no local indicado das termas. A “estatueta”

<sup>8</sup> Esta designação deve-se ao facto de, em 1863 ter sido encontrada uma estátua que representava Octávio (Augusto desde 16 de janeiro de 27 a. C.), sobrinho-neto de Júlio César, numa *villa* situada a norte de Roma e próximo da *Prima Porta*, daí a designação dada à estátua.

de que nos fala Júlio de Castilho não se coaduna com a representação de Augusto, nem pela sua dimensão – o termo “estatueta” refere-se obrigatoriamente, a uma pequena estátua – nem pelo local. Somos de opinião que se tratará da representação guerreira de *Mars Ultor* (Figuras 10 e 11).

Esta divindade é representada em época romana não de corpo nu ou com clâmide, habitual na iconografia grega, mas como uma personagem barbuda com couraça e elmo, sendo o protótipo desta figura o *Mars Ultor* do templo dedicado por Augusto em comemoração da vitória na batalha de Filipos (Macedó-

nia), em 42 a.C. Esta batalha foi decisiva opondo Marco António e Augusto (Segundo Triunvirato) a Marco Júnio Bruto e Caio Cássio Longino, os assassínios de Júlio César.

*Mars Ultor* é representado com elmo e com couraça, como se fosse um militar. Pensamos ser mais natural a presença de uma pequena estátua deste tipo no nicho da *exedrae* do que a de uma imagem imperial. *Mars Ultor* desempenha um lugar de grande relevância na política de Augusto, que lhe dedica, um templo no fórum no ano 2 a.C. e é o protetor da Paz Romana (Panhuysen, 2000, pp. 11-21).



Figura 10 (à esquerda) – Desenho constante da obra de Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo* (1944, p. 91) e que reproduz a estatueta que se encontrava num dos nichos das termas dos Cássios.

Figura 11 (à direita) – Estátua de “Mars Ultor”, séc. I-II d.C. dos Museus Capitolinos, Roma. [http://www.museicapitolini.org/fr/percorsi/percorsi\\_per\\_sale/palazzo\\_nuovo/atrio/statua\\_colosale\\_di\\_marte\\_pirro](http://www.museicapitolini.org/fr/percorsi/percorsi_per_sale/palazzo_nuovo/atrio/statua_colosale_di_marte_pirro) (acedido 25/11/2019).

Surge-nos, assim, uma contradição em Júlio de Castilho. O autor emprega sempre o termo “estatueta” quando na verdade, Caetano de Bem se refere à mesma de forma bem distinta. Reproduzimos o que nos diz “... neste nicho pequeno se descobriu huma Estátua de excelente mármore de cor branca, e de figura humana: algo tanto *damnificada no rosto, n’hum braço e n’hum perna*. A sua estatura era ordinaria, vestida ao traje Militar dos Romanos: o seu ornato porrem segundo o habito Imperatorio, ou dos Generaes Romanos. No elmo *crysta*, e folhagem: o colo ou peçoço nu; e o corpo se representava coberto de aço ou ferro, de modo que chamariamos armas brancas. Na parte superior destas sobre o peito a figura do Sol; e logo mais abaixo duas Esfinges, ou serpentes com rosto humano e azas. O braço do cotovello em diante nú:

*da mão esquerda pendente hum escudo também de mármore, aonde se via esculpida a figura de uma loba dando de mamar a dois meninos, isto he, a Romulo e Remo também nós. O pé calçado ao modo Romano, isto he, somente com a cáliga, e o mais da perna até ao joelho nú»<sup>9</sup>.*

A estátua afinal não seria pequena, e feita de belo mármore branco. Com efeito, Castilho indica a altura de 5 palmos, o que corresponde sensivelmente a 1,10 m, para o nicho onde a mesma se encontrava.

E este aspeto leva-nos a um outro que é o facto de ter sido encontrada em 2014 uma peça com um baixo-relevo, em mármore, que deverá ter pertencido às

<sup>9</sup> Vide n. 6.

termas dos Cássios<sup>10</sup>. Apesar de a figura em relevo se encontrar bastante danificada podemos observar que se trata de uma representação masculina, nua, apenas com uma faixa de tecido que rodeia o corpo passando pelo ombro direito e atando ao nível do torso, do lado oposto. Duas pontas soltas apresentam um claro efeito naturalista (Figura 12).

Um aspeto relevante é o facto de um dos pés parecer um casco o que nos leva a colocar a hipótese de tratar do deus Lupérculo, ou Silvano, divindade plenamente romana. Infelizmente não conseguimos perceber outros atributos uma vez que um dos cantos superior da peça se encontram partidos, assim como a cara da figura representada. Outra hipótese é ser um sátiro ou um fauno. O tardo do da peça é arredondado, como se estivesse num nicho. Uma concavidade circular na parte inferior indica que a peça seria aí fixada. Na parte superior três outras concavidades assegurarão a fixação por esse lado.

Do órgão genital um orifício permitia a saída de água, em repuxo, semelhante ao contemporâneo “Manneken Pis” da cidade de Bruxelas. A água entrava pela parte superior da cabeça, como aliás tivemos oportunidade de comprovar e saíria, em repuxo, para uma possível bacia que recebia a água. Não podemos deixar de pensar que esta pequena estatueta poderia estar localizada num idêntico nicho onde estaria aquela que pensamos ser de *Mars Ultor*. Quanto à sua cronologia é difícil ter certezas devido ao facto de a figura estar incompleta. Pensamos, no entanto, que deverá ser atribuível aos finais do séc. I ou séc. II d.C. O trabalho escultórico não é deficiente, com algum efeito naturalista e o mármore é de boa qualidade, talvez proveniente da zona de Vila Viçosa, sendo bastante quartzítico. Não podemos deixar de pensar que o capitel que adiante mencionaremos, datável do séc. IV d.C., empregará o calcário e não aquele material.

Em relação ao monumento, Júlio de Castilho refere que “a bôca do nicho da piscina olhava para o sul; que aos lados havia outros dois nichos mais pequenos, fabricados de pedra grosseira; que pela parte posterior corria o cano de água; e que em distância de 30 pés se deu com um grande reservatório ou cisterna, que na obra nova ficou situada debaixo de uma escada interior do palácio do Correio-mor. A nascente presumiu-

<sup>10</sup> Esta peça foi encontrada na rua por Pedro Miranda a quem agradecemos o alerta e o facto de ter salvado este elemento da quase certa destruição. Esta peça foi depositada no então Museu da Cidade, hoje Museu de Lisboa e integrará a sua exposição permanente.



Figura 12 – Peça com figura em baixo-relevo de divindade (fotografia Lídia Fernandes, Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC).

-se que devia provir do côncavo do monte do castelo ...” (1935, p. 142).

E tinha o autor toda a razão nestas considerações. Como ele também pensamos que o edifício encostaria à colina do atual Castelo de S. Jorge e que se viraria para sul. A sua implantação seria num terraço ou plataforma, preparada para o efeito, de forma a criar um leito mais plano para o assentamento do edifício termal, mas aproveitando a pendente e abrindo-se a sul. Do mesmo modo, também pensamos que as nascentes naturais da colina devam ter sido aproveitadas.

O que o autor não sabia, nem poderia saber, é que o edifício termal seria consideravelmente maior. Hoje continuamos sem saber os seus limites, mas a intervenção arqueológica feita entre 1991 e 1998, em quarteirão contíguo situado a poente - Rua das Pedras Negras 22-28 e Rua de S. Mamede n.º 23 por ocasião dos trabalhos de adaptação dos edifícios a sede da Secretaria-Geral do então Ministério das Obras Públicas, foi



Figura 13 – Planta atual com a localização das estruturas arqueológicas identificadas na década de 1990 e dos vestígios descritos por Júlio de Castilho (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

identificado o prolongamento das termas<sup>11</sup>. Também em intervenção realizada no jardim do Palácio de Penafiel foi detetado um muro de contenção de terrenos no seu canto nordeste o que confirma a necessidade de reforçar, desse lado, a colina (Figura 13). Na mesma ocasião foi recolhido um capitel jónico que datamos do séc. IV d.C., cronologia que se coaduna com a data de remodelação do edifício termal (Fernandes, 2009, p. pp. 223-239).

No edifício do lado poente destaca-se o aparecimento de parte do *hypocaustum*, já no limite nascente do edifício e que se prolongaria para a rua, assim como de dois compartimentos e um corredor de circulação, revestido a *opus signinum*, por baixo do qual foi identificado uma *cloaca*. Esta estrutura localiza-se subjacente a um corredor com a mesma orientação, sensivelmente nordeste/sudoeste, com 1,20m de altura e cerca de 0,65m de largura, sendo as paredes e abóbada em alvenaria de pedra. Esta estrutura foi reconhecida numa extensão de 21m para sul e prolongando-se nesse sentido.

<sup>11</sup> Infelizmente não existe qualquer relatório (digno desta designação) da intervenção arqueológica então realizada que teve como responsável científico A. Dias Diogo, sendo a intervenção arqueológica realizada por um dos signatários assim como por outros técnicos do depois extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano.

A área ocupada pelas estruturas arqueológicas no edifício situado entre a Rua das Pedras Negras e a Travessa com o mesmo nome permite perceber que se trataria de um edifício de grandes proporções, ideia reforçada pelo facto de, em 2015, novos vestígios terem sido encontrados em outro quarteirão a sul deste último (concretamente Rua das Pedras Negras nº 35 a 41 / Travessa do Almada nºs 1-3-7-9 / Travessa das Pedras Negras nºs 2/2a/2b) (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, pp. 349-365). Na publicação parcial dos dados desta intervenção, referem os autores o aparecimento de um fuste de seis faces ao qual atribuem uma cronologia romana, associando-o a um capitel (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, p. 358, fig. 15), precisamente igual ao acima mencionado e surgido em 1991, em contextos islâmicos no jardim do palácio de Penafiel e que foi objeto de uma análise circunstanciada em 2009 (Fernandes, 2009, p. 223-239). Aquela coluna não é romana, nem pode ser associada ao capitel, antes deverá ser enquadrada em contextos de época moderna, tendo pertencido a uma qualquer edificação que não, naturalmente, as termas dos Cássios.

Tradicionalmente, atribui-se a edificação destas termas a *Quintus Cassius Longinus* e seu irmão *Lucius Cassius*, em data anterior a 49 a.C., quando o primeiro desempenhou as funções de propretor da Hispânia Ulterior e o segundo o lugar de legado de propretor. Esta atribuição cronológica é feita em 1859 por Francisco

Martins de Andrade na sua “Memória acerca duns restos de thermas romanas existentes em Lisboa”, manuscrito existente na Biblioteca Nacional e onde reproduz o texto de D. Tomás Caetano de Bem. Não há, porém, certezas em relação à data recuada da construção original do edifício. Sabemos que as *Thermae Cassiorum* foram remodeladas em 336, obras comprovadas pela inscrição, encontrada no local no século XVIII por Caetano de Bem e depois incluída na obra de Vieira da Silva e tem a seguinte tradução: “termas dos Cássios, renovadas desde os alicerces por mandado de Numério Albano, ilustríssimo varão, Governador da província da Lusitânia; [sendo] superintendente da obra Aurélio Firmo, [e] cônsules Nepociano e Facundo” (1944, pp. 114, 115, n.º 22).

Esta inscrição encontrava-se gravada num tijolo, ou “matton de cor vermelha” como refere Caetano de Bem, que estava colocado num dos nichos por ele identificado. As medidas deste tijolo são: 45 cm de altura por 67,5 cm de comprimento. O termo “renovat(a) a solo”, que é traduzido por “renovadas desde os alicerces”, inspira algumas dúvidas, como já tivemos

oportunidade de referir, devendo entender-se no sentido de valorizar o investimento e a grandiosidade da alteração, feita com o intuito de esconder ou subvalorizar o edificado anterior. A frase “renovadas desde o solo” significa, quanto a nós, uma renovação e não, precisamente, como se pretende afirmar na inscrição, de forma literal, um derrube total do anterior edifício (Fernandes, 2009, p. 202).

Em relação a esta inscrição diz-nos José d’Encarnação (2009, pp. 481-494), recorrendo à extensa bibliografia onde a mesma vem publicada, que se encontraria pintada num tijolo. Também o desenho apresentando por Caetano de Bem assim o indica, estando localizada um pouco acima do mencionado nicho da estatueta, que acima referimos e entretanto desaparecida (Figura 14).

Mercê da recolha de todas as informações, documentais e arqueológicas, até ao momento conhecidas, nas quais se inclui o trabalho de Pilar Reis dedicado às termas e balneários da Lusitânia (2014, vol. 1, p. 261-272 e figs. correspondentes), intentámos uma reconstituição do edifício termal. Embora a ausência de dados arqueológicos impeça uma maior segurança na reconstituição que apresentamos acreditamos que este exercício trará novas perspectivas sobre este edifício (Figuras 15, 16). Os dados arqueológicos são os fornecidos pela intervenção realizada na década de 1990 e onde participou um dos signatários (Fernandes, 1997, vol. 1), para além da intervenção realizada a sul, em quarteirão contíguo localizado entre a Rua das Pedras Negras e a Travessa das Pedras Negras em 2014, também por um dos signatários<sup>12</sup>. A estes dados juntaram-se as informações mais recentes da intervenção realizada neste último local (Rua das Pedras Negras nº 35 a 41 / Travessa do Almada nºs 1-3-7-9 / Travessa das Pedras Negras nºs 2/2a/2b) (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, pp. 349-365).

Foi a conjugação de todos estes elementos, assim como a análise do elemento arquitetónico recolhido em 1992, igual ao recolhido no quarteirão situado a sul (Gomes, Ponce & Filipe, 2017, pp. 349-365)<sup>13</sup> que nos permitiu realizar as propostas de reconstituição, optando pela aplicação da ordem jónica (Figuras 17 e 18).

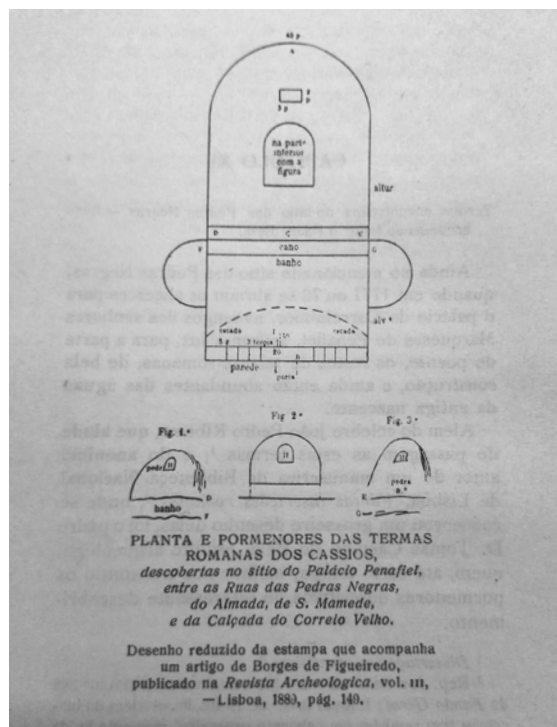


Figura 14 – Figura constante da obra de Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*, Vol. I, (2ª ed.), Lisboa, 1935, p. 138 e que reproduz o desenho publicado por Borges de Figueiredo o qual, por sua vez, o copia do manuscrito de Tomás Caetano de Bem.

<sup>12</sup> Intervenção arqueológica que logrou identificar vestígios anteriores ao terramoto de 1755 e auxiliou numa reconstituição do urbanismo pré-pombalino desta área (Fernandes & Calado, 2017, pp. 200-203).

<sup>13</sup> É de referir um outro fragmento de *pulvinus* recolhido na mesma altura, mas decerto anterior à cronologia evidenciada pelo exemplar jónico que agora apresentamos.



Figura 15 – Proposta de reconstituição dos nichos descritos por Júlio de Castilho (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).

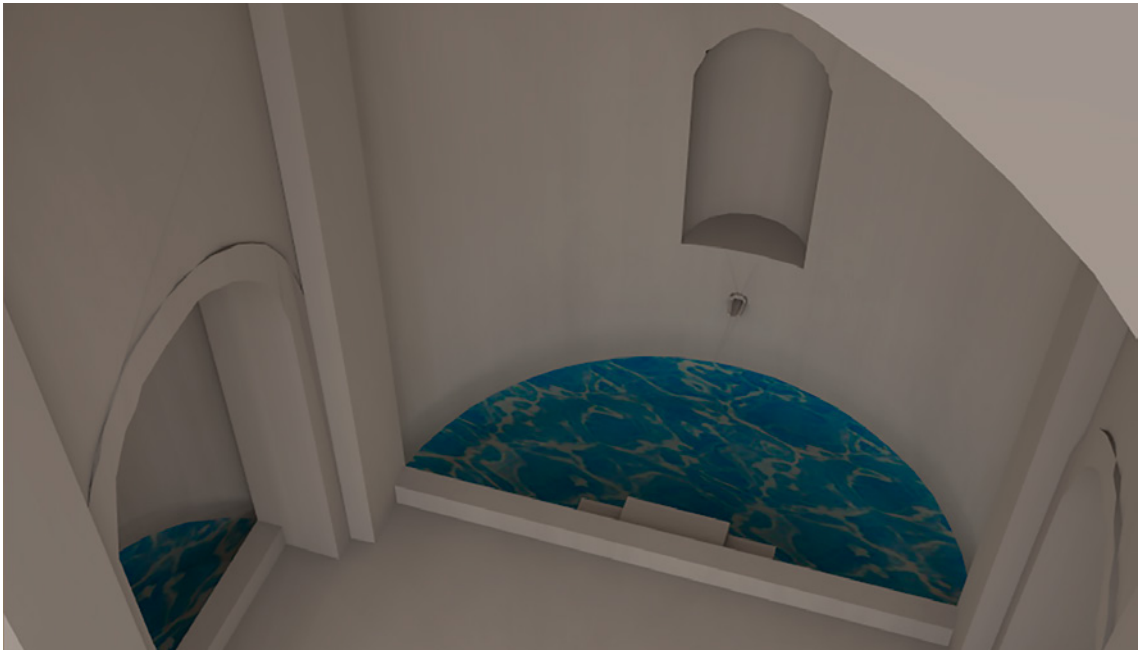


Figura 16 – Proposta de reconstituição dos nichos descritos por Júlio de Castilho (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC).



Figura 17 – Perspetiva do interior do peristilo virado ao vale (desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC). Ao lado o capitel jónico recolhido em 1992 (fotografia de Lúcia Fernandes).



Figura 18 – Perspetiva do interior do peristilo virado ao vale (Desenho de Carlos Cabral Loureiro – Museu de Lisboa / EGEAC). Do lado direito o capitel jónico recolhido em 1992 (Fotografia de Lúcia Fernandes).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se em relação ao teatro romano a investigação realizada até ao momento tem produzido avanços significativos no conhecimento, de tal forma que a reconstituição que propomos para o mesmo não nos suscita grandes dúvidas, o mesmo não podemos dizer em relação às termas dos Cássios.

Assim, perante a inexistência de qualquer projeto de musealização das estruturas das termas dos Cássios surgidas em 1991, este é o contributo possível para não deixarmos cair no esquecimento este importante monumento romano da cidade de Lisboa.

Continuamos com grandes incógnitas numa reconstituição do urbanismo da antiga cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. Somos de opinião que as tentativas de reconstituição da volumetria dos edifícios permitem chegar a importantes conclusões, embora não sejam mais do que na verdade são, instrumentos de trabalho que permitem avançar com modelos interpretativos. No entanto, nem tudo é passível de reconstituição incorrendo-se no erro de criar uma imagem que nada tem a ver com a realidade.

Por fim, terminaríamos este pequeno trabalho com uma frase de Júlio de Castilho que permanece inteiramente atual e a qual, subscrevemos: “Isso que se ficou sabendo é pouco. Essas antigualhas, ao aparecerem, deveriam ser explicadas pelos técnicos, comentadas pelos arqueólogos, conservadas quanto possível, embora aos fragmentos, nos museus municipais. Fica mal às câmaras tratarem assuntos destes como insignificâncias; dão triste medida das suas posses intelectuais”.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Marquês (1983) – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação.

BEM, D. Thomas Caetano de (1791) – *Notícia das termas ou banhos cassianos, e outros monumentos romanos, modernamente descobertos na cidade de Lisboa*. Manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa – Secção de reservados (cota: Cod. 104).

CASTILHO, Júlio de (1935) – *Lisboa Antiga*. Vol. I, Lisboa.

DIOGO, A. M. D. (1993) – “O teatro romano de Lisboa. Notícia sobre as atuais escavações” in *Teatros Romanos de Hispania*. Múrcia: Colegio de Arquitectos de Múrcia (Col. Cuadernos de Arquitectura Romana, n.º 2), pp. 217-224.

DIOGO, A. M. (2000) – As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3:1, pp. 163-179.

ENCARNAÇÃO, José d’ (2009) – “As termas dos Cássios em Lisboa: ficção ou realidade?” in Gorges, J.-G.; Encarnação, J.; Nogales Basarrate, T.; Carvalho, A. (coord.) *Lusitânia Romana – Entre o Mito e a Realidade*. (Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana – 2004). Cascais: Câmara Municipal, pp. 481-493.

FERNANDES, Lúcia (1994) – “Teatro romano de Lisboa: novos elementos sobre a sua história no período medieval” in Arnaud, J. (coord.) *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 239-242.

FERNANDES, Lúcia (1997) – *Capitéis Romanos da Lusitania Ocidental*. 4 vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

FERNANDES, Lúcia (2006) – “O Teatro de Lisboa – intervenção arqueológica de 2001” in *III Jornadas Cordobesas de Arqueologia Andaluza – Los Teatros Romanos de Hispânia* (Córdoba, 12-15 novembro 2002). Córdoba: Universidad, pp. 181-204.

FERNANDES, Lúcia (2007) – Teatro Romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-Madan*, 15, pp. 27-39.

FERNANDES, Lúcia (2009) – Capitel das *Thermae Cassiorum* de *Olisipo* (Rua das Pedras Negras, Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*: 12:2, pp. 223-239.

FERNANDES, Lúcia (2013) – “Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano” in Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 765-773.


FERNANDES, Lúcia (2017a) – “Aspetos construtivos do teatro romano de Lisboa: matérias-primas e técnicas edificativas” in Arnaud, J. M.; Martins, A. (eds.) *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1265-1278.

FERNANDES, Lúcia (2017b) – *Dissertação Crítico-Filológica-Histórica [...] de Luís Antonio de Azevedo* (prefácio). Lisboa: Museu de Lisboa – Teatro Romano, pp. i-xi.

FERNANDES, Lúcia (2020) – “El post scaenium del teatro romano de *Felicitas Iulia Olisipo* / Lisboa” in Ramallo Asensio, S. F.; Ruiz Valderas, E. (eds.) *La porticus post scaenam en la Arquitectura Teatral Romana* (Actas del Symposium Internacional). Murcia: Universidad de Murcia, Fundación Teatro Romano de Cartagena, pp. 231-240.

FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2013) – “Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade” in Teixeira, A.; Bettencourt, J. A. (eds.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 1. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, pp. 111-122.

- FERNANDES, Lúdia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos (2014) – Entre o teatro romano e a Sé de Lisboa: evolução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina. *Revista de História de Arte*, 11, pp. 19-33.
- FERNANDES, Lúdia; CALADO, Marco (2017) – “Pavimentos seiscentistas do antigo Arco de D. Tereza” in Fernandes, L.; Bugalhão, J.; Fernandes, P. A. (eds.) *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. (catálogo da exposição). Lisboa: Museu de Lisboa, pp. 200-203.
- FERNANDES, Lúdia; CALADO, Marco; GRILO, Carolina (2022) – Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais. *Arqueologia & História*, 73, pp. 37-45.
- GOMES, Sofia de Melo; PONCE, Mónica; FILIPE, Victor (2017) – “A Intervenção Arqueológica no âmbito do Projecto de Arquitectura «Apartamentos Pedras Negras»” in Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R. B. (coord.) *Uma cidade em escavação. Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 349-365.
- LANCASTRE E TÁVORA (D. Luís Gonzaga de) [Marquês de Abrantes e de Fontes] (1983) – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ensino Superior. Ministério da Educação.
- MACIEL, M. Justino (1993/1994) – A propósito das chamadas «conservas de água da Rua da Prata». *Conimbriga*, 22-23, pp. 145-156.
- NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul (1988) – *São Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*. Lisboa: Didaskalia.
- REIS, Pilar (2014) – *De Lusitaniae Urbium Balneis. Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia Romana* (2 vols.). Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- REIS, Telmo C. (2015) – “Entre o céu e a terra, a glória de Roma: a estátua de Augusto da Prima Porta revisitada” in Veríssimo, N.; Santos, T. P. (eds.) *Universidade da Madeira: 25 anos*. Funchal: Universidade da Madeira, pp. 130-147.
- SOUSA, António Caetano de (1735-1749) – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa: desde a sua origem até o presente, com as Famílias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança* / por Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. Tomo IV (Cota digital: <https://purl.pt/776>, acedido a 2 de outubro 2025).
- PANHUYSEN, Titus A. S. M. (2000) – “À propôs du pilier tibérien de Nimègue” in Walrer, H. (ed.) *La Sculpture d'Époque Romaine dans le Nord, dans l'Est des Gaules et dans les Régions Avoisantes: Acquis et Problématiques Actuelles* (Actes du Colloque International). Besançon: Press Universitaires Franc-Comtoises, pp. 11-21 (Collections Annales Littéraires, 694).
- PEREIRA, M. H. Rocha (2009) – *Estudos de Historia da Cultura Clássica, II – Cultura Romana*, 4. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, Vieira da (1944) – *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa: Câmara Municipal.



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2025

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)